



CÓD: OP-083JL-22
7908403525232

TRT-PI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Gabaritando
550 Questões

TRT-PI

1. Língua Portuguesa	05
2. Direito Processual do Trabalho	49
3. Direito do Trabalho	69
4. Direito Administrativo	83
5. Direito Constitucional	109
6. Noções de Administração Geral e Pública	137
7. Raciocínio Lógico	159

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

O jornalismo pode ser qualificado, embora com certo exagero, como um mal necessário. É um mal porque todo relato jornalístico tende ao provisório. Mesmo quando estamos preparados para abordar os assuntos sobre os quais escrevemos, é próprio do jornalismo apreender os fatos às pressas. A chance de erro, sobretudo de imprecisões, é grande.

O próprio instrumento utilizado é suspeito. Diferente da notação matemática, que é neutra e exata, a linguagem se presta a vieses de todo tipo, na maior parte inconscientes, que refletem visões de mundo de quem escreve. Eles interagem com os vieses de quem lê, de forma que, se são incomuns textos de fato isentos, mais raro ainda que sejam reconhecidos como tais.

Pertenço a uma geração que não se conformava com as debilidades do relato jornalístico. O objetivo daquela geração, realizado apenas em parte, era estabelecer que o jornalismo, apesar de suas severas limitações, é uma forma legítima de conhecimento sobre o nível mais imediato da realidade.

O que nos remete à questão do início; sendo um mal, por que necessário? Por dois motivos. Ao disseminar notícias e opiniões, a prática jornalística municia seus leitores de ferramentas para um exercício mais consciente da cidadania. Thomas Jefferson pretendia que o bom jornalismo fosse a escola na qual os eleitores haveriam de aprender a exercer a democracia.

O outro motivo é que os veículos, desde que comprometidos com o debate dos problemas públicos, servem como arena de ideias e soluções. O livre funcionamento das várias formas de imprensa, mesmo as sectárias e as de má qualidade, corresponde em seu conjunto à respiração mental da sociedade.

Entretanto, o jornalismo dito de qualidade sempre foi objeto de uma minoria. A maioria das pessoas está de tal maneira consumida por seus dramas e divertimentos pessoais que sobra pouca atenção para o que é público. Desde quando os tabloides eram o principal veículo de massas, passando pela televisão e pela internet, vastas porções de jornalismo recreativo vêm sendo servidas à maioria.

O jornalismo de verdade, que apura, investiga e debate, é sempre elitista. Está voltado não a uma elite econômica, mas a uma aristocracia do espírito. São líderes comunitários, professores, empresários, políticos, sindicalistas, cientistas, artistas. Pessoas voltadas ao coletivo.

A influência desse tipo de jornalismo sempre foi, assim, mediada. Desde que se tornou hegemônico, nos anos 1960-70, o jornalismo televisivo se faz pautar pela imprensa. Algo parecido ocorre agora com as redes sociais.

A imprensa, que vive de cobrir crises, sempre esteve em crise. O paradoxo deste período é que, no mesmo passo em que as bases materiais do jornalismo profissional deslizam, sua capacidade de atingir mais leitores se multiplica na internet, conforme se torna visível a perspectiva de universalizar o ensino superior.

(Adaptado de: FILHO, Otavio Frias. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

Thomas Jefferson pretendia que o bom jornalismo...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo do sublinhado acima está também sublinhado em:

(A) ... as bases materiais do jornalismo profissional deslizam...

(B) ... os eleitores haveriam de aprender a exercer a democracia.

(C) Algo parecido ocorre agora com as redes sociais...

(D) ... mais raro ainda que sejam reconhecidos como tais.

(E) Desde quando os tabloides eram o principal veículo de massas...

2. (FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2018)

A questão baseia no texto apresentado abaixo.

O carnaval do Recife deve ao Galo da Madrugada sua repercussão nacional. O bloco foi num crescendo ano a ano e virou o espetáculo grandioso que é. Tem futuro promissor. Mas precisa ser encarado como um negócio a ser tocado cada vez mais profissionalmente.

O potencial do carnaval do Recife para crescer como um “negócio” poderá ser estimulado a beneficiar mais a cidade, gerando incremento de emprego, trabalho e renda nos hotéis, restaurantes, lanchonetes, oficinas de madeira e ferro, shoppings, meios de hospedagem em residências, segurança... entre outros segmentos ligados à cadeia produtiva do evento.

Para ampliar a dimensão desse carnaval, há que se explorar ainda mais o potencial do Recife Antigo e o de Olinda. Uma cidade que dispõe, a seu lado, de uma festa tão singular, alegre e irreverente como a da vizinha cidade já é por si só um produto comercializável e lucrativo. Nossa proposta pontual é fundir os dois carnavais e transformá-los na marca “Carnaval Recife-Olinda”. Isto vai “pegar” e potencializará uma maior atratividade nacional para a festa pernambucana. Que estado no Brasil dispõe de um conjunto de atrativos em uma única festa como o “Galo” estrondoso, o frevo, os blocos antigos, maracatus, bonecos gigantes, caboclinhos, tambores silenciosos, virgens de Olinda, escolas de samba, prévias tradicionais e até espaço poprock para os mais alternativos?

Qual caminho a seguir? Primeiro, institucionalizar a aliança entre Olinda e Recife. Em seguida, buscar os patrocínios e parcerias com as associações de bares e restaurantes, indústrias de bebidas, empresas de cartões de crédito, redes sociais e sites estratégicos. O estímulo para se conhecer o “Carnaval Recife-Olinda” já deverá estar em anúncios publicitários nesses sites ao menos três meses antes da festa. Isso despertará o interesse do público de diferentes localidades. É este o caminho para transformar Pernambuco num destino ainda mais procurado a partir de 2019.

(Adaptado de: LIMA, Mauro Ferreira. “Carnaval do Recife, proposta para crescer”. Disponível em: www.diariodepernambuco.com.br. 17.02.2018)

Primeiro, institucionalizar a aliança entre Olinda e Recife. (4º parágrafo)

Se essa frase for iniciada com Primeiro, será necessário que, a forma verbal destacada deve ser substituída por

- (A) se institucionalizarão.
- (B) se institucionaliza.
- (C) se institucionalizavam.
- (D) se institucionalize.
- (E) se institucionalizara.

3. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/“SEM ESPECIALIDADE”/2018)

A importância do imperfeito

O conceito de perfeição guia muitas aspirações nossas, seja em nossas vidas privadas, seja nos diversos espaços profissionais. Falamos ou ouvimos falar de “relações perfeitas” entre duas pessoas como modelos a serem seguidos, ou de almejar sempre a realização perfeita de um trabalho. Em algumas religiões, aprendemos que nosso objetivo é chegar ao paraíso, lar da perfeição absoluta, final de jornada para aqueles que, se não conseguiram atingir a perfeição em vida, pelo menos a perseguiram com determinação.

Historicamente, o perfeito está relacionado com a estética, andando de mãos dadas com o belo, conforme rezam os preceitos da arte clássica. Muito da criatividade humana, tanto nas artes como nas ciências, é inspirado por esse ideal de perfeição. Mas nem tudo. Pelo contrário, várias das ideias que revolucionaram nossa produção artística e científica vieram justamente da exaltação do imperfeito, ou pelo menos da percepção de sua importância.

Nas artes, exemplos de rompimento com a busca da perfeição são fáceis de encontrar. De certa forma, toda a pintura moderna é ou foi baseada nesse esforço de explorar o imperfeito. Romper com o perfeito passou a ser uma outra possibilidade de ser belo, como ocorre na música atonal ou na escultura abstrata, em que se encontram novas perspectivas de avaliação do que seja harmônico ou simétrico. Na física moderna, o imperfeito ocupa um lugar de honra. De fato, se a Natureza fosse perfeita, o Universo seria um lugar extremamente sem graça. Do microcosmo das partículas elementares da matéria ao macrocosmo das galáxias e mesmo no Universo como um todo, a imperfeição é fundamental. A estrutura hexagonal dos flocos de neve é uma manifestação de simetrias que existem no nível molecular, mas, ao mesmo tempo, dois flocos de neve jamais serão perfeitamente iguais. Não faltam razões, enfim, para que nos aceitemos como seres imperfeitos. Por que não?

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. Retalhos cósmicos.

São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 189-190)

Numa reelaboração de um segmento do texto, mantém-se a correção da frase e uma adequada correlação entre os tempos e modos verbais em:

- (A) Em algumas religiões, tomávamos consciência de que o nosso objetivo era chegar ao paraíso, visto como um espaço de plenitude e perfeição.
- (B) Algumas teses de que iriam revolucionar a produção artística têm a haver com a incorporação, das formas imperfeitas.
- (C) Muitos casos de ruptura com a sede de perfeição verifica-se na exploração de novos modelos artísticos, aonde predominasse a imperfeição.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1.(FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Considere as seguintes decisões interlocutórias proferidas em reclamações trabalhistas:

I.Decisão interlocutória de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

II.Decisão interlocutória que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.

De acordo com o entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho,

(A) ambas as decisões, apesar de interlocutórias, ensejam recurso imediato.

(B) nenhuma das decisões enseja recurso imediato em razão do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias vigente no Direito Processual do Trabalho.

(C) somente a decisão interlocutória descrita no item "I" enseja recurso imediato.

(D) somente a decisão interlocutória descrita no item "II" enseja recurso imediato.

(E) as referidas decisões interlocutórias somente ensejariam recurso imediato se proferidas em reclamações trabalhistas em que uma das partes é Sindicato.

2.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

O advogado Hermes pretende utilizar uma medida processual que não está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho para defender os interesses da empresa reclamada em uma reclamação trabalhista. Nessa situação,

(A) não poderá utilizar desta medida porque a Consolidação das Leis do Trabalho apresenta todas as regras do processo do trabalho.

(B) somente poderia se valer de medida processual estranha à Consolidação das Leis do Trabalho se estivesse na defesa dos interesses do empregado, em face do princípio da proteção ao trabalhador.

(C) poderia utilizar de medida processual prevista no Código de Processo Civil apenas na fase de execução da sentença, porque na fase de conhecimento deve se valer apenas das regras contidas na lei processual trabalhista.

(D) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

(E) poderá utilizar de qualquer regra do direito processual comum, porque este tem preferência em sua aplicação sobre as normas processuais trabalhistas, por serem normas de maior amplitude.

3.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Conforme previsão constitucional, o Tribunal Superior do Trabalho será composto por,

(A) 17 ministros, com mais de 35 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

(B) 27 ministros, com mais de 35 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

(C) 11 ministros, com mais de 30 anos e menos de 70 anos, sendo 1/3 dentre advogados com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 5 anos de efetivo exercício.

(D) 27 ministros, com mais de 30 anos e menos de 65 anos, sendo 1/5 dentre advogados com mais de 5 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 5 anos de efetivo exercício.

(E) 27 ministros, com mais de 35 anos e menos de 70 anos, sendo 1/3 dentre advogados com mais de 10 anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de 10 anos de efetivo exercício.

4.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Conforme previsões legais sobre a organização, jurisdição, competência das Varas do Trabalho e os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho,

(A) como regra geral, a competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

(B) cada Vara do Trabalho será composta por um juiz do trabalho, que será seu Presidente, e dois juizes classistas, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados.

(C) não compete à Vara do Trabalho o julgamento dos dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

(D) nas localidades em que existir mais de uma Vara do Trabalho, haverá um distribuidor, designado pelo juiz mais antigo do Fórum, exclusivamente dentre o quadro de oficiais de justiça do Tribunal Regional.

(E) a lei criará Varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juizes de direito, cabendo recurso de suas decisões para o respectivo Tribunal de Justiça.

5.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Sobre o Tribunal Superior do Trabalho (TST),

(A) compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(B) a indicação, pelo Tribunal Superior do Trabalho, de Desembargadores do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho e Advogados, para comporem o Tribunal, far-se-á em lista sêxtupla.

(C) a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho são cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição em que concorrem os Ministros mais antigos da Corte, em número correspondente ao total dos cargos de direção, separadamente e também nessa ordem, sendo permitida a reeleição a qualquer dos cargos.

(D) o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho serão eleitos por 4 anos, mediante escrutínio secreto e pelo voto da maioria absoluta, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se nos 60 dias antecedentes ao término dos mandatos anteriores, e tomarão posse em sessão solene, na data marcada pelo Tribunal Pleno.

(E) compete ao mesmo conciliar e julgar, na forma da lei, em grau originário ou recursal ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais, os conflitos de direito sindical, assim como outras controvérsias decorrentes de relação de trabalho, e os litígios relativos ao cumprimento de suas próprias decisões, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos.

6.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Em relação à competência material da Justiça do Trabalho, esta

(A) é competente para processar e julgar ações de indenização por dano moral e material, decorrentes da relação de trabalho, inclusive as oriundas de acidente de trabalho e doenças a ele equiparadas, mas não para as propostas pelos dependentes ou sucessores do trabalhador falecido.

(B) não é competente para a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, ainda que se destine ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

(C) é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

(D) não é competente para processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social (PIS).

(E) não é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais.

7.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Considere as afirmações abaixo com base na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

I.Compete à Justiça do Trabalho a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social, pois se destina ao financiamento de benefícios relativos à incapacidade do empregado decorrente de infortúnio no trabalho.

II.Havendo a parte executada interposto agravo de petição, é cabível mandado de segurança na hipótese de prosseguimento da execução, ainda que relativo a matéria não delimitada no agravo de petição.

III.Verificada a irregularidade de representação da parte na instância originária, o juiz designará prazo de 10 dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, extinguirá o processo, sem resolução de mérito, se a providência couber ao reclamante, ou considerará revel o reclamado, se a providência lhe couber.

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO

1.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Invocando a regra da condição mais benéfica ao empregado, que se insere no princípio da proteção peculiar ao Direito do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Havendo conflito entre duas normas jurídicas, prevalece a mais favorável ao empregado.
- (B) Havendo dúvida quanto ao alcance da norma tutelar, julga-se a favor do empregado.
- (C) As normas legais não prevalecem diante de normas instituídas por convenção ou acordo coletivo, por terem estas destinação mais específica.
- (D) A supressão de direitos trabalhistas instituídos por regulamento de empresa só alcança os empregados admitidos posteriormente.
- (E) As condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho, quando mais favoráveis, prevalecem sobre as estipuladas em acordo.

2.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

O artigo 8º da Consolidação das Leis do Trabalho elenca algumas fontes subsidiárias ou supletivas do Direito do trabalho, NÃO se incluindo

- (A) direito comparado.
- (B) jurisprudência.
- (C) analogia.
- (D) usos e costumes.
- (E) convenção coletiva de trabalho.

3.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Acerca das fontes do Direito do Trabalho, considere:

I. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, apenas pela jurisprudência, por analogia, por equidade, pelo direito comparado e outros princípios e normas gerais de direito, admitindo-se, excepcionalmente, que um interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público.

II. Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão restringir direitos legalmente previstos nem criar obrigações que não estejam previstas em lei.

III. No exame de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a Justiça do Trabalho, além de analisar a conformidade dos elementos essenciais do negócio jurídico (agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei), poderá anular cláusulas coletivas com base em juízos de valor sobre o pactuado, balizando sua atuação pelo princípio da intervenção adequada na autonomia da vontade coletiva.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

4.(FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

No Direito do Trabalho, as sentenças normativas da Justiça do Trabalho, os costumes e a Convenção Coletiva de Trabalho são classificados, respectivamente, como fontes:

- (A) formal autônoma, material heterônima e formal autônoma.
- (B) material autônoma, formal heterônima e formal autônoma.
- (C) formal autônoma, material heterônima e material heterônima.
- (D) material heterônima, formal autônoma e material heterônima.
- (E) formal heterônima, formal autônoma e formal autônoma.

5.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Visando apurar desvios que estão ocorrendo no setor de compras da empresa, o Gerente responsável contrata empresa de auditoria e a autoriza a utilizar um polígrafo (detector de mentiras) para apurar quais empregados estavam prestando informações erradas à investigação. A situação concreta apontada

(A) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de controle, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico, desde que não exponha os empregados a situação vexatória.

(B) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder disciplinar, sendo autorizada pelo ordenamento jurídico de forma ampla.

(C) inclui-se no poder de direção do empregador, mais especificamente no poder de organização, mas somente terá validade se os questionamentos realizados por meio do polígrafo restringirem-se a questões de trabalho, não abrangendo questionamentos sobre a vida privada dos empregados.

(D) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, tendo em vista que a utilização do polígrafo está sendo feita por terceiro, alheio à relação de emprego, a quem não é atribuído o poder de direção, que é inerente à figura do empregador.

(E) viola a intimidade e a vida privada dos empregados, causando danos à sua honra e à sua imagem, uma vez que a utilização do polígrafo extrapola o exercício do poder diretivo do empregador, por não ser reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como forma de controle de empregados.

6.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

O requisito essencial previsto em lei para caracterizar uma relação como sendo de emprego e que não precisa se verificar em qualquer relação de trabalho é a

(A) exclusividade.

(B) ausência de onerosidade.

(C) subordinação jurídica.

(D) boa-fé contratual objetiva.

(E) autonomia privada coletiva.

7.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Acerca do teletrabalho, de acordo com a legislação vigente,

(A) somente dependerão de previsão em contrato escrito as disposições relativas ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, podendo aquelas que dizem respeito à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto ser negociadas por qualquer meio, inclusive verbalmente.

(B) considera-se teletrabalho a prestação de serviços realizada integralmente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, ainda que possa, por sua natureza, ser considerada como trabalho externo.

(C) o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza por completo o regime de teletrabalho.

(D) a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

(E) o empregador, a seu exclusivo critério, poderá instruir os empregados, de maneira expressa, tácita, por escrito ou verbalmente, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.

8.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Gerson foi contratado em 19/02/2018 pela empresa Oba Oba Festas e Eventos Ltda., na modalidade de trabalho intermitente. Por se tratar de forma nova de contratação,

Gerson tem dúvidas em relação às consequências caso recuse a oferta de trabalho pelo empregador. Considerando o que prevê a Lei nº 13.467/2017, a

(A) recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.

(B) possibilidade de recusa da oferta demonstra inexistir subordinação em tal modalidade de contrato, razão pela qual Gerson não é considerado empregado, mas sim mero trabalhador intermitente.

(C) recusa da oferta de trabalho não é permitida pelo legislador, restando descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso isso ocorra.

(D) recusa da oferta representa modalidade de justa causa específica para o contrato de trabalho intermitente.

(E) recusa da oferta de trabalho deve ser motivada por Gerson, pois o empregador, ao celebrar o contrato de trabalho intermitente, conta com o trabalho do empregado sempre que precisar, somente sendo possível, portanto, a recusa nas hipóteses expressamente autorizadas por lei.

9.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Considere as afirmativas abaixo a respeito da modalidade de teletrabalho, introduzida no ordenamento jurídico trabalhista pela Lei no 13.467/2017.

I. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços exclusivamente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada inconstitucional lei que destinava verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo jurídico-administrativo. Assim, entendeu a Corte Suprema tratar-se de favorecimento a seguimento social determinado, incompatível com o interesse público e com princípios que norteiam a atuação administrativa, especificamente, o princípio da

- (A) presunção de legitimidade restrita.
- (B) motivação.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade dos serviços públicos.
- (E) publicidade.

2.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2017)

É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irresignação judicial, a

- (A) impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
- (B) legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
- (C) moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- (D) eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.
- (E) publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

3.(FCC - AJ TRT15/TRT 15/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Praticam atos administrativos que geram efeitos externos, como manifestações de vontade da Administração pública, dentre outros,

- (A) as sociedades que integram a Administração indireta, sejam empresas públicas ou sociedades de economia mista, na realização de todas as suas atividades, fins ou meios.
- (B) os órgãos e agentes integrantes da Administração direta, não alcançando os entes integrantes da Administração indireta, dada a independência e autonomia de que foram dotados.
- (C) os órgãos da Administração direta e as pessoas jurídicas de direito privado para as quais tenham sido delegados poderes e atribuições para tanto, de forma expressa.
- (D) os dirigentes de organizações sociais e consórcios públicos, dada a natureza jurídica de direito público das referidas pessoas jurídicas.
- (E) as organizações sociais, no que se refere às atividades dirigidas a saúde e educação, na qualidade de serviços públicos exclusivos e típicos.

4.(FCC - TJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2017)

O Prefeito de determinado Município concedeu licença por motivo de doença em pessoa da família a servidor público municipal já falecido. Nesse caso, o ato administrativo citado apresenta vício de

- (A) objeto.
- (B) motivo.
- (C) forma.
- (D) sujeito.
- (E) finalidade.

5.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Considere hipoteticamente um ato administrativo exarado por autoridade incompetente. Em relação aos denominados atributos dos atos administrativos, o referido ato

(A) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, ante o princípio que desobriga o cumprimento de ordens manifestamente ilegais.

(B) não produzirá efeitos, tampouco obrigará terceiros, independentemente da sua invalidação, o que se denomina imperatividade.

(C) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, a menos que decretada, pelo Poder Judiciário, sua invalidade, sendo vedada a autotutela na hipótese, o que se denomina executoriedade.

(D) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina presunção de legitimidade ou veracidade.

(E) produzirá efeitos e deverá ser cumprido, enquanto não decretada, pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, sua invalidade, o que se denomina autoexecutoriedade.

6.(FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2018)

São imprescindíveis ao ato administrativo, dentre seus elementos e atributos,

(A) sujeito e autoexecutoriedade.

(B) finalidade e autoexecutoriedade.

(C) motivação e presunção de veracidade.

(D) presunção de veracidade e forma solene.

(E) objeto e presunção de veracidade.

7.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Um particular interessado em obter porte de arma solicitou à Administração consentimento para tanto. Nesta hipótese, a manifestação positiva da Administração, que demanda análise de aspectos subjetivos do requerente, consistirá em um ato administrativo

(A) unilateral e vinculado, que faculta o uso, sem restrições, quando o particular preencher as condições objetivas necessárias e previstas em lei.

(B) vinculado, de natureza bilateral, que se denomina licença.

(C) discricionário e precário, que se denomina licença e se fundamenta no poder disciplinar.

(D) discricionário, mas não precário, bilateral, podendo denominar-se licença ou autorização, indistintamente.

(E) unilateral, discricionário e precário, que se denomina autorização.

8.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2017)

O ato administrativo discricionário

(A) apresenta discricionariedade em todos os seus requisitos, exceto quanto à competência para a prática do ato.

(B) apresenta discricionariedade em um de seus requisitos, qual seja, a finalidade.

(C) não comporta anulação.

(D) é passível de revogação.

(E) não está sujeito a controle judicial.

9.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Dentre as espécies de atos administrativos,

(A) a homologação não possui natureza jurídica de ato administrativo de efeitos concretos, tendo em vista que não constitui direitos, prestando-se a dar publicidade a ato administrativo anteriormente praticado.

(B) os atos administrativos vinculados não conferem direitos subjetivos, já que estes advêm diretamente da lei, independentemente da edição daqueles.

(C) alguns atos administrativos praticados demandam análise de adequação com os requisitos legais para sua emissão, o que, em sendo constatado, é reconhecido por meio de homologação.

(D) os atos administrativos discricionários são editados ou não conforme margem de liberdade dada ao Administrador público, tal como ocorre com as licenças.

(E) a admissão de pessoal possui natureza jurídica de contrato administrativo, vez que forma vínculo definitivo entre empregador e Estado.

10.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Numa hipótese em que um processo administrativo disciplinar tenha tramitado até a fase final, com proferimento de decisão aplicando penalidade ao servidor público, e que se tenha verificado a inexistência de intimação do mesmo no início do procedimento para apresentação de regular defesa,

(A) a decisão não pode ser revista administrativa-mente, tendo em vista que não é obrigatória a apresentação de defesa e será possível questionar integralmente o resultado no Judiciário.

(B) há nulidade, gerando fundamento para anulação dos atos posteriores e retomando-se o procedimento para conferir oportunidade de defesa ao servidor público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/2018) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- (A) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- (B) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- (C) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- (D) reconhece a autodeterminação dos povos.
- (E) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

2. (FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos seus princípios fundamentais,

- (A) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
- (B) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
- (C) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (E) a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

3. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/OFFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2018)

Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:

- (A) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, mas não de desapropriação.
- (B) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional.
- (C) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio perpétuo de sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.
- (E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia, sujeita a complementação posterior, na hipótese de ocorrência de dano.

4. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/2018) A Constituição Federal autoriza o pedido de interceptação de comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de:

- (A) investigação de improbidade administrativa.
- (B) prova em ação civil de investigação de paternidade.
- (C) investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) instrução de inquérito civil.
- (E) prova em ação civil de alimentos.

5. (FCC - AJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/2018) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos direitos e garantias fundamentais,

(A) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção.

(D) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

(E) é vedada, sem exceção, a pena de morte no Brasil.

6. (FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) A Constituição Federal estabelece que

(A) é possível a admissão em um processo criminal de uma prova ilícita, desde que haja aceitação por parte do réu.

(B) ocorrerá automaticamente a perda da nacionalidade, em qualquer hipótese, caso o cidadão brasileiro adquira outra nacionalidade.

(C) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

(D) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo inconstitucional todo dispositivo legal que estabeleça qualquer forma de distinção entre os gêneros.

(E) a autoridade policial poderá determinar a entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, durante o dia, para a realização de busca e apreensão de objetos que possam servir de provas em processo criminal.

7. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) Em sede de ação de alimentos ajuizada pelos filhos em face do pai, a pensão alimentícia respectiva é fixada em 3 salários mínimos para cada um, por decisão de primeira, confirmada em segunda instância. Por discordar da fixação do valor de modo atrelado ao salário-mínimo, o pai deixa de efetuar o pagamento, por meses consecutivos, o que enseja o requerimento e consequente decretação de prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentícia. Nesse caso, à luz dos elementos fornecidos e consideradas a disciplina constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinentes,

(A) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, embora seja lícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, por se tratar de hipótese de prisão civil expressamente admitida pela Constituição.

(B) tanto a fixação da pensão alimentícia quanto a decretação da prisão pelo respectivo inadimplemento são legítimas, não havendo que se falar em coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

(C) a fixação da pensão alimentícia deu-se de modo irregular, uma vez que a Constituição veda expressamente a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, razão pela qual é justificada a recusa ao pagamento e, conseqüentemente, ilícita a decretação da prisão pelo inadimplemento de obrigação alimentar, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

(D) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, pelo Supremo Tribunal Federal, em virtude de tratado internacional em matéria de direitos humanos do qual a República Federativa do Brasil é signatária, cabendo ao pai impetrar habeas corpus em face da decisão que a determinou.

(E) apenas a decretação da prisão pelo inadimplemento da obrigação alimentícia é ilegítima, pois, apesar de ser hipótese de prisão civil admitida expressamente pelo texto constitucional, é considerada ilícita, conforme súmula vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao pai ajuizar reclamação perante aquela Corte pelo seu descumprimento.

8. (FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018) Considere que tratado internacional que veda a prisão civil do depositário infiel seja aprovado em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros. À luz das disposições da Constituição Federal, trata-se de tratado

(A) incompatível com o direito brasileiro, uma vez que não poderia vedar a prisão civil do depositário infiel, já que prevista na Constituição Federal.

(B) incompatível com o direito brasileiro, apenas porque teria sido aprovado através de procedimento não previsto no texto constitucional, embora no mérito não haja óbice à vedação de prisão civil do depositário infiel.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1.(FCC - AJ TRT11/TRT 11/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Dentre as atividades inerentes ao processo organizacional, aquela consistente em identificar e agrupar logicamente as atividades da entidade e delinear responsabilidades corresponde a

- (A) planejamento.
- (B) coordenação.
- (C) organização.
- (D) direção.
- (E) controle.

2.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

O processo organizacional compreende, entre as funções do administrador, aquelas consistentes em medir e corrigir o desempenho dos subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos. Trata-se da atividade de

- (A) controle.
- (B) planejamento.
- (C) direção.
- (D) comunicação.
- (E) organização.

3.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Segundo Mary Parker Follet, citada por Francisco Lacombe, "a administração é a arte de fazer coisas por meio de pessoas". Acrescenta o autor que "a essência do papel do administrador é obter resultados pelo desempenho da equipe que ele supervisiona e coordena".

(in: Teoria Geral da Administração, Saraiva, p. 3)

Nesse diapasão, podem ser segmentadas, para fins de sistematização, algumas atividades próprias da função de administrar, entre elas a coordenação, que compreende, entre seus mecanismos

- (A) a avaliação de resultados, aplicada nos níveis gerenciais, que não implicam relação de subordinação.
- (B) as atividades corretivas, objetivando o atingimento dos objetivos estratégicos.
- (C) o denominado ajuste espontâneo, por meio da coordenação voluntária entre os membros da organização.
- (D) a definição da estratégia de atuação, com fixação de objetivos de longo prazo, obtida a partir de dinâmicas de grupo.
- (E) o planejamento em nível operacional, com estabelecimento de indicadores e metas, fixado pelos escalões superiores da organização.

4.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

I.A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.

II.Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge as legítimas expectativas dos administrados.

III.Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (B) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I.

5.(FCC - TJ TRT15/TRT 15/ADMINISTRATIVA/SEGURANÇA/2018)

Atenção: A questão refere-se ao conteúdo programático de Administração Pública.

A expectativa da sociedade de que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva pode ser atendida, no que concerne à

I. eficiência, pelo uso racional dos recursos disponíveis e sua otimização.

II. eficácia, pela disponibilização à população das ações e serviços nos prazos demandados.

III. efetividade, pelo controle de legalidade da atuação da Administração.

Está correto o que consta APENAS de

(A) II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) I.

(E) I e II.

6.(FCC - AJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2018)

A partir da pesquisa junto à população local, como meta de um planejamento estratégico, uma entidade integrante da Administração pública federal se comprometeu a entregar, no prazo de 2 anos, equipamento público para prática de esportes e atividades culturais. Foram enviados todos os esforços necessários e, de fato, a entidade logrou entregar o equipamento finalizado ainda antes do prazo estimado. Contudo, auditoria do Tribunal de Contas constatou que, em face de falhas na gestão do contrato, com diversos aditamentos, o preço final pago pelo equipamento público foi significativamente superior ao seu custo, consumindo mais recursos orçamentários do que seria adequado. Nesse contexto, a gestão pública, na condução de tal ação, mostrou-se

(A) eficaz e eficiente, pelo cumprimento das metas estabelecidas, porém não efetiva em razão do prejuízo ao erário.

(B) efetiva, pelo atendimento aos anseios da população, porém ineficiente em razão do uso desarrazoado e inadequado dos recursos orçamentários alocados.

(C) efetiva e eficiente, pelo cumprimento do cronograma, porém não eficaz, na medida em que não se verificou o melhor uso dos recursos públicos.

(D) efetiva, eficaz e eficiente, pelo cumprimento das metas e satisfação do cidadão, sendo a questão financeira própria do campo da economicidade.

(E) apenas eficiente, em razão do cumprimento do cronograma, não podendo ser tida como eficaz e tampouco efetiva em razão do comprometimento inadequado de recursos que poderiam ser destinados a outras finalidades públicas.

7.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2018)

Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.

II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge às legítimas expectativas dos administrados.

III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto que se afirma APENAS em

(A) III.

(B) II.

(C) II e III.

(D) I e II.

(E) I.

8.(FCC - AJ TRT24/TRT 24/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Nos últimos anos, diferentes conceitos, alguns oriundos da iniciativa privada, passaram a permear a atuação da Administração Pública, entre eles:

I. Governança, que é sinônimo de governabilidade, e corresponde à legitimidade política.

II. Eficiência, relacionada com o uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços.

III. Efetividade, que diz respeito ao impacto final das ações e ao grau em que atinge os resultados almejados pela sociedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) III.

(E) II.

9.(FCC - TJ TRT21/TRT 21/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2017)

Os conceitos de governança e governabilidade, embora não coincidentes, são indissociáveis e complementares, sendo aplicados, cada qual, em diferentes contextos. Nesse sentido, considere:

I. Governança, em uma de suas acepções, representa o modo como as organizações são administradas e controladas e como interagem com as partes interessadas.

II. Governabilidade refere-se às condições substantivas do exercício do poder e legitimidade do governo, derivada da relação com a sociedade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1.(FCC - AJ TRT6/TRT 6/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Quatro quintos dos processos de uma comarca são da área civil e três oitavos desses processos são da regional sul da comarca. A porcentagem de processos da comarca que são da área civil e da regional sul é igual a

- (A) 42%.
- (B) 20%.
- (C) 45%.
- (D) 12%.
- (E) 30%.

2.(FCC - TJ TRT6/TRT 6/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

Uma mercadoria comprada por R\$ 1.400,00 será vendida com lucro de 20% sobre o preço de compra acrescido com 15% de imposto. Nessas condições, o preço de venda dessa mercadoria, deve ser igual a

- (A) R\$ 1.540,00.
- (B) R\$ 1.442,00.
- (C) R\$ 1.932,00.
- (D) R\$ 1.890,00.
- (E) R\$ 1.952,00.

3.(FCC - AJ TRT2/TRT 2/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2018)

A sentença final de uma causa trabalhista indica que uma empresa terá que pagar R\$ 2 450,00 para um trabalhador até o dia 10 de janeiro, com desconto de 15% caso pague antes dessa data. Caso pague depois do dia 10 de janeiro, a empresa terá que arcar com multa de 10% ao dia. Se a empresa fizer o pagamento ao trabalhador no dia 11 de janeiro, ela terá gasto x reais a mais do que se tivesse feito o pagamento no dia 9 de janeiro. Sendo assim, x, em reais, é igual a

- (A) 306,25
- (B) 428,75
- (C) 857,50
- (D) 122,50
- (E) 612,50

4.(FCC - AJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2018)

A tabela de índices abaixo foi montada considerando o preço de custo unitário médio anual de determinado equipamento, em reais, em um período de 10 anos (entre 2008 e 2017). Foram considerados como índices os preços relativos, em porcentagens, adotando o preço de custo unitário médio anual do equipamento em 2010 como básico.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Preços relativos	75	90	100	105	105	110	115	120	125	128

Se o preço de custo unitário médio deste equipamento, em 2014, era de R\$ 25,30, então o acréscimo desse preço de 2008 para 2017 foi, em R\$, de

- (A) 6,16.
- (B) 8,36.
- (C) 11,66.

- (D) 12,86.
(E) 5,06.

5. (FCC - TJ TRT2/TRT 2/ADMINISTRATIVA/TELEFONIA/2018)

Do total de funcionários(as) de um tribunal, 20% têm menos de 40 anos de idade, e 70% são homens. Sabe-se ainda que 20% das mulheres que trabalham nesse tribunal têm menos de 40 anos de idade. A porcentagem do total de funcionários(as) desse tribunal que são homens e com 40 anos ou mais de idade é igual a

- (A) 52%
(B) 48%
(C) 56%
(D) 54%
(E) 45%

6. (FCC - TJ TRT11/TRT 11/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM/2017)

O preço de um sapato, após um aumento de 15%, é R\$ 109,25. Se o preço do sapato não tivesse sofrido esse aumento de 15%, mas um aumento de 8%, a diferença, em reais, entre os preços do sapato com cada aumento seria de

- (A) R\$ 7,65.
(B) R\$ 5,80.
(C) R\$ 14,25.
(D) R\$ 7,60.
(E) R\$ 6,65

7. (FCC - AJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir

- (A) 80%.
(B) 100%.
(C) 90%.
(D) 75%.
(E) 50%.

8. (FCC - TJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Uma cidade teve, em 2016, uma queda de 20,64% no número de mortos em acidentes viários em relação ao ano anterior. Tendo sido 992 o total de mortos em acidentes viários em 2016 nessa cidade, em 2015 foram

- (A) 1346
(B) 1250
(C) 1197
(D) 1160
(E) 1238

9. (FCC - TJ TRT24/TRT 24/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2017)

Em uma pesquisa, perguntou-se a 500 pessoas: "Qual o canal da TV aberta que você mais assiste?". Todas as pessoas responderam corretamente a pergunta, sendo que 225 disseram não assistir TV aberta, 110 responderam ser o canal 5, e 75 responderam ser o canal 4. A porcentagem das 500 pessoas que escolheram um determinado canal da TV aberta, mas que não tenha sido o 5 nem o 4, foi igual a

- (A) 18%.
(B) 33%.
(C) 15%.
(D) 22%.
(E) 37%.

10. (FCC - TJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2016)

Alberto fez uma dieta com nutricionista e perdeu 20% do seu peso nos seis primeiros meses. Nos seis meses seguintes Alberto abandonou o acompanhamento do nutricionista e, com isso, engordou 20% em relação ao peso que havia atingido. Comparando o peso de Alberto quando ele iniciou a dieta com seu peso ao final dos doze meses mencionados, o peso de Alberto

- (A) reduziu 4%.
(B) aumentou 2%.
(C) manteve-se igual.
(D) reduziu 5%.
(E) aumentou 5%.

11. (FCC - AJ TRT14/TRT 14/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2016)

Um comerciante compra certa mercadoria por R\$ 149,50 e estabelece o preço de venda levando em consideração que ele quer obter um lucro de 20% sobre o preço de venda, e que ele deverá pagar um imposto de 15% sobre o mesmo preço de venda. ○○○○ Nas condições dadas, o preço de venda da mercadoria deverá ser, em R\$, de

- (A) 235,00.
(B) 202,00.
(C) 210,00.
(D) 242,00.
(E) 230,00.

12. (FCC - AJ TRT20/TRT 20/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/2016)

Um comerciante resolveu incrementar as vendas em sua loja e anunciou liquidação de todos os produtos com desconto de 30% sobre o preço das etiquetas. Ocorre que, no dia anterior à liquidação, o comerciante havia re-marcado os preços das etiquetas para cima de forma que o desconto verdadeiro, durante a liquidação, fosse de